

DOS CANTOS SILENCIOSOS DAS FAVELAS BRASILEIRAS ÀS NARRATIVAS SILENCIADAS EM TERRITÓRIOS CARIBENHOS NICARAGÜENSES

*DE LOS CANTOS SILENCIOSOS DE LAS FAVELAS BRASILEÑA A LAS
NARRATIVAS SILENCIADAS EN TERRITORIOS DEL CARIBE NICARAGÜENSES*

*FROM THE SILENT SONGS OF THE BRAZILIAN SLUMS TO THE SILENCED
NARRATIVES IN NICARAGUAN CARIBBEAN TERRITORIES*



Amanda Martinez ELVIR
e-mail:amarelv@gmail.com



Ridivaldo Procópio da SILVA
e-mail:procopiomabi@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ELVIR, Amanda Matinez; SILVA, Ridivaldo Procópio da. Dos cantos silenciosos das favelas às narrativas silenciadas em territórios caribenhos nicaragüense. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p.146-170, (2025) - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d006. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10959>.



- | Submetido em: 20/05/2024
- | Revisões requeridas em: 30/10/2024
- | Aprovado em: 28/02/2025
- | Publicado em: 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

RESUMO: O objetivo deste artigo é mostrar que além dos vínculos existentes entre as elites globais, existem vínculos dentro do sistema capitalista para o controle de territórios e resistência aos mecanismos de opressão, e mais especificamente, formas/caminhos de resistências improváveis e semelhantes na América Latina. Colocamos em diálogo experiências vividas pelo autor e pela autora nas comunidades de Bangkukuk Taik (Nicarágua) e o Coque (Brasil) como forma de desobedecer às fronteiras físicas e linguísticas impostas na região pelas invasões coloniais, para discutir a similaridade de uma estrutura que nos oprime em territórios distantes, mas que nos conecta por meio da diversidade de lutas emancipatórias que desarticulam essa trama colonial de aniquilação da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Nicarágua. Periferia global.

RESUMEN: *El objetivo de este artículo es mostrar que además de los vínculos entre las élites globales, existen vínculos dentro del sistema capitalista para el control de los territorios y la resistencia a los mecanismos de opresión, y más específicamente, formas improbables y similares de resistencia en América Latina. Colocamos en diálogo las experiencias de la autora y el autor en las comunidades de Bangkukuk Taik (Nicaragua) y Coque (Brasil) como forma de desobediencia a las fronteras físicas y lingüísticas impuestas en la región por las invasiones coloniales, para discutir la similitud de una estructura que nos oprime en territorios distantes, pero que nos conecta a través de la diversidad de luchas emancipatorias que desmontan esta red colonial de aniquilación de la vida.*

PALABRAS CLAVE: Brasil. Nicaragua. Periferia global.

ABSTRACT: *The aim of this article is to show that in addition to the links between global elites, there are links within the capitalist system for the control of territories and resistance to mechanisms of oppression, and more specifically, unlikely and similar forms of resistance in Latin America. We discuss the experiences lived by the authors in the communities of Bangkukuk Taik (Nicaragua) and Coque (Brazil) as a way of disobeying the physical and linguistic borders imposed on the region by colonial invasions, in order to discuss the similarity of a structure that oppresses us in distant territories, but connects us through the diversity of emancipatory struggles that dismantle this colonial system of life annihilation.*

KEYWORDS: Brazil. Nicaragua. Global periphery.

Introdução

Nossa região é atravessada pela experiência migratória das e dos "ninguéns", aqueles povos que foram arrancados de seus territórios e forçados a migrar para terras distantes. A partir da dor de sair de casa e construir novas histórias, são produzidas conexões diáspóricas em outras terras que hoje foram ressignificadas e retomadas. Ainda não paramos de migrar de maneira forçada e, nesses movimentos impostos de massas de pessoas, surge a necessidade de se conectar, dialogar e compartilhar histórias.

Entre as décadas de 1960 e 1990, as guerras financiadas por "grandes potências" na América Central forçaram massas de pessoas à migração e ao exílio. Uma nova onda de migração centroamericana de pessoas em busca de refúgio se desencadeou nas últimas décadas. Essas pessoas migrantes se espalham por vários lugares e se reinventam em outras culturas e povos.

O genocídio colonial arrancou milhões de populações do continente africano e as dispersou por vários territórios onde se misturaram, entre saberes de diferentes lugares, criando novas línguas e misturas endêmicas como resultado de deslocamentos movidos pela escravização, mas conectados por experiências entre aquelas e aqueles que resistem através da irreverência ou de trajetórias vivas e silenciosas. Os processos migratórios em diferentes épocas conectam pessoas, lugares e significados que contestam o oficialismo colonial imposto. Há migrações continentais, regionais, nacionais e locais, e essas migrações diáspóricas de pessoas que foram arrancadas de seus lugares são um motor visceral que inspira este artigo, que combina experiências entre diferentes territórios.

A favela do Coque, em Recife, Brasil, é o produto de populações retiradas de uma diversidade de territórios dentro e fora do estado de Pernambuco, gerando um lugar complexo. A comunidade de Bangkukuk Taik, na Nicarágua, é formada pelo Povo Indígena Rama, que, aliado a populações retiradas do continente africano no passado, gera um governo territorial no presente, denominado Governo Territorial Rama e Kriol, onde o poder é distribuído por meio de laços comunitários.

A colonização não deixa apenas feridas nos seres colonizados, mas uma espécie de angústia em que um tipo de alívio é conjugado por meio de diálogos entre os povos que foram "batizados" como periféricos. Os diálogos latino-americanos, principalmente com o Brasil, são escassos e, quando ocorrem, acontecem por meio de vínculos institucionais que preservam as velhas hierarquias científicas do modo eurocêntrico de pensar e fazer "ciência".

Nas reflexões deste artigo, pretendemos conectar territórios silenciosos, silenciados e irreverentes por meio de nossas experiências neles como autor e autora. Estas experiências se entrelaçam desde a condição de sujeita migrante da autora e de sujeito favelado do autor. Não estamos necessariamente motivados pela ausência destes relatos nos pontos cegos do conhecimento acadêmico, mas pelo desejo de conectar experiências e percepções.

Iniciamos discutindo o impacto do capitalismo como um sistema sobre as massas de pobreza regional. Colocamos em diálogo dois países que estão completamente distantes em relação à lógica do PIB que faz classificações econômicas na América Latina separando economicamente o Brasil e a Nicarágua. No entanto, decidimos aproximar estes territórios a partir do contexto de sujeitos periféricos dentro da periferia do capitalismo. Apesar da enorme distância física que separa Bangukuk Taik do Coque, estas comunidades se conectam na luta contra o extermínio, assombrando o projeto civilizatório através da sua existência.

Compartilhamos experiências nesses territórios e ressignificamos conceitos em que o selvagem é pensado como proximidade do sagrado e o que é imposto como civilização se torna um projeto de morte de muitos mundos. A dimensão política e subversiva dos povos se manifesta em caminhadas silenciosas e na memória coletiva e diversa em que se busca continuar vivendo de formas que desobedecem à norma. A desobediência é encontrada em enclaves de resistência à destruição e ao recomeço do zero, com através da teimosia de se apegar à vida sem permitir que os povos parem de se reproduzir e de existir.

1. Periferia global e o sistema capitalista

A periferia global é o subproduto do sistema capitalista mundial. A noção de periferia usada para se referir às favelas ou bairros pobres, nada mais é do que o uso moral de uma experiência econômica global. No campo da macroeconomia na literatura brasileira é Oliveira (2003) quem mostra que a existência de determinado setor como atrasado é fundamental para a constituição de um setor moderno e por isso global, onde a modernidade se alimenta do atraso. A existência de países periféricos não é, portanto, uma anomalia ou estágio, mas um tipo particular de desenvolvimento capitalista. O processo da colonização moderna se constitui a partir da relação de subordinação imposta pela economia global.

Estágio e atraso são noções chaves para justificar o ideal moral do capitalismo: o progresso. O importante para o capital é poder subordinar todas as relações sociais para

fortalecer a economia global em detrimento das economias locais. Fragoso e Florentino (2001) percebem o poder da forma capital de subordinar a ela todas as demais relações, o que reforça a ideia do sentido da colonização. Dessa forma, a ideia de “periferia” remete a reprodução das relações de poder cujo subproduto é a imagem do atraso. Da forma como o capitalismo nasceu e se desenvolveu nas colônias, em movimentos sistêmicos, emergiram as relações centro-periferia.

A noção do capitalismo enquanto uma máquina de criar o atraso, como lógica de funcionamento (Oliveira, 2003; FHC, 2003), reproduziu desde a escravidão moderna, até as ideias correntes da periferia enquanto instituição moral, uma racionalidade instituída pelas relações do capital desenvolvido em nossa sociedade.

Uma vez construída a história universal alicerçada pelo capitalismo, a constituição da periferia só pode ser apreendida se colocada tanto a reboque dessa história como pela perspectiva da economia política. É nesse terreno que podemos analisar como as categorias econômicas produzem o capital (mercado mundial) como sujeito deste processo, e as economias dos países ex-colônias são apenas suportes desta categoria econômica maior.

Está na ordem do dia na sociedade capitalista o fundamento de suas relações a partir do capital como sujeito movente das relações que vem a reboque. Há duas possíveis entradas analíticas para problematizar a constituição de uma periferia no interior do capitalismo global: de um lado, podemos passar pelos ditames da administração pública, e dessa forma, passar pela economia política, e, de outro lado, podemos analisar a formação das periferias pelo paradigma do estado de exceção, e fazer uma analítica da biopolítica (Foucault, 2008).

Não vamos fazer aqui nem uma análise econômica nem da biopolítica, nos interessa pontuar os limites formadores do que chamamos periferia global, pois em ambas perspectivas são importantes para demarcar algumas características comuns entre o contexto político e social do Brasil e da Nicarágua. Nesses dois contextos percebemos como as contradições criadas por uma sociedade burguesa se encaixam desde o progresso, como norma histórica a norma de estado de exceção.

As promessas de modernidade (Berman, 2007) propagadas pelo norte global, como os modelos de crescimento e desenvolvimento econômico, formataram o subdesenvolvimento como outra face constituinte. Assim, fica evidente para a contemporaneidade que o subdesenvolvimento é a condição sine qua non para o desenvolvimento capitalista, e não uma

“etapa” de um possível atraso. As condições de possibilidades necessárias do capital global é manter ou radicalizar as condições atuais de enriquecimento sem fim.

Se fossemos partir das teorias do desenvolvimento econômico ficaríamos às voltas com as condições dos países periféricos, onde ficaríamos no impasse ad infinitum para saber como os países periféricos tanto, de um lado, saíram da rota do modelo do norte global, como, de outro lado, problematizar a questão de modelo ou da configuração entre capital e subordinação. Em suma, países periféricos no contexto global estão numa relação de dependência de como o capital constitui a divisão internacional do trabalho.

Para os países do sul global não se trata de um subdesenvolvimento enquanto etapa a caminho do progresso, mas do estado de exceção como regra geral (Agamben, 2004) trazido pelo próprio desenvolvimento predatório do capitalismo. Esta visão do capitalismo como um sistema mundial, no qual se desenvolve de forma desigual e contraditória, tornando a exceção uma regra, não é nova, como já apontado. Ela está presente na concepção de Fernando Henrique Cardoso, assim como na noção de ideias fora do lugar de Roberto Schwarz, e no papel do setor arcaico na acumulação do setor moderno em Francisco de Oliveira.

A partir de Marx (1986), já se antevê que a principal característica que distingue o capitalismo de outros modos de produção, em nosso caso, de como se constitui uma periferia, é o fato de que nestes a finalidade da produção é o valor de uso, ao passo que no primeiro a finalidade é a valorização do valor. Nas relações de produção, a finalidade mais importante é o resultado. O desdobramento desse resultado importa para nossa análise. No modo de predação capitalista, o capital se constitui sujeito, e portanto os sujeitos-humanos são meramente suportes, por meio das relações sociais de produção.

É importante ressaltar, por outro lado, as noções patriarcais dos modos de produção do capitalismo nas suas análises, pois há também lacunas que silenciam o papel das mulheres dentro das próprias periferias. Para Gayle Rubin (1993), foram gerados argumentos nos quais as mulheres representam uma força de trabalho de reserva para o capitalismo. Os salários desse grupo social, que representa metade da sociedade, são menores do que os dos homens, entre outros elementos de análise, o que deixa de lado uma das bases de trabalho excluídas nos estudos das opressões do capitalismo: o trabalho doméstico.

Nesse sentido, há uma diferença na reprodução da força de trabalho de acordo com o gênero. Para que o trabalhador esteja preparado para seu trabalho na fábrica, por exemplo, há uma série de atividades e mercadorias que precisam ser transformadas para uso e consumo. A

comida precisa ser cozinhada, a roupa precisa ser lavada e a criação dos filhos e filhas faz do trabalho doméstico e do trabalho do cuidado de pessoas e outras vidas, elementos fundamentais na reprodução do trabalho e da vida nas sociedades capitalistas. A realização destes trabalhos ainda permanece silenciada nas análises das opressões da economia capitalista, apesar desta ser uma pauta presente em movimentos de mulheres em países latino americanos.

A compreensão da periferia do sistema capitalista mundial não se deve atribuir a uma anomalia, mas do próprio desenvolvimento contraditório, desigual e excluente do capitalismo. Esse modo de produção é resultado histórico da exploração colonial. Na atualidade os processos de subordinação são determinados pela dependência do mercado financeiro internacional, onde funciona como uma bola de ferro para o crescimento econômico dos países periféricos.

Pensar o papel da periferia no sistema capitalista é passar pelo entendimento da relação entre as elites, sejam estas do norte ou sul global, no movimento geral do capital no plano internacional. A defesa e a manutenção de cada interesse coloca em evidência a relação hierárquica estabelecida entre os Estados Nacionais e os organismos internacionais. Nesse tipo de análise evidencia que temos que colocar em questão a divisão internacional do trabalho para chegar a problematizar a divisão internacional do poder.

Da perspectiva segundo a qual a divisão internacional do trabalho desvela a divisão internacional do poder podemos partir para analisar o funcionamento, no interior de determinado país, em nosso caso o Brasil, das suas relações de poder entre as classes. Primeiro, entendemos que a formação do capitalismo no Brasil esteve vinculado ao desenvolvimento e expansão do sistema capitalista mundial, assim como se situou nas relações hierárquicas com os países hegemônicos. A compreensão da desigualdade estrutural brasileira combinada com o desenvolvimento do capitalismo global nos permite apreender as particularidades da formação social brasileira.

Na relação entre a dominação burguesa e o capitalismo dependente no Brasil, a posição estratégica assumida pelo Estado no desenvolvimento do capital se torna um vetor do poder burguês (Fernandes, 1976). As formas de assujeitamento, desenvolvida pela burguesia brasileira, se assenta na defesa da classe detentora do capital – pela defesa da propriedade privada. Deste modo, a dominação burguesa é o elemento determinante da conformação das relações de poder. O Estado, assegurando a articulação da classe dominante a qual expressa sua concentração de poder, conduziu a um desenvolvimento econômico contraditório e perverso. No capitalismo dependente na América Latina, o Brasil não foge à regra.

A configuração política e econômica brasileira é uma espécie de reprodução subordinada à lógica do capital global. Um país periférico como o Brasil pode até tentar formar monopólios empresariais em seu interior, porém continua compartilhando normas comuns editadas pela lógica do imperialismo, independente se possui elementos próprios ou não. O importante a se pensar é que as relações sociais no nível macro do capital mundial resvalam nas relações de classes no interior do Estado.

2. Brasil e Nicarágua, separados pelo PIB, unidos pelas bases estruturais da opressão regional

O Brasil é um dos países latino-americanos com uma das estruturas jurídicas mais avançadas em termos de direitos trabalhistas e fundiários, além de um Sistema Único de Saúde (SUS) que tem representado uma grande referência para a região. Em 2023, o país ficou em décimo primeiro lugar entre os melhores PIBs (Produto Interno Bruto) do mundo e em primeiro lugar no contexto latino-americano (Fundo Monetário Internacional, 2023). Com dimensões continentais e uma área total de 8.358.140 km², 1,61% do país corresponde a áreas urbanas, 98,39% a áreas rurais, enquanto a Amazônia se sobrepõe às áreas rurais e urbanas, representando 49% do território nacional (Banco Mundial, 2023).

Apesar dessa divisão geográfica e espacial do território, foi registrado que 86% da população vive em áreas urbanas (Banco Mundial, 2023). Das 5.570 cidades do país, quase 30% da população vive nas 40 maiores cidades. Em contraste com o grande progresso macroeconômico, de política social e de terras do país, a maior parte da população urbana do Brasil está concentrada em favelas. Na cidade de Recife, quase 53% da população vive em menos de 30% da área urbanizada (IBGE, 2010). O acesso à terra e à gestão de recursos naturais nessa potência latino-americana também é um dos mais desiguais da região.

A Nicarágua ficou em penúltimo lugar no ranking do PIB da América Latina em 2021 (Banco Mundial, 2023). Em 2019, o país tinha uma população total de 6.486.201 habitantes e um PIB per capita de US\$5.683. É um dos países mais pobres do continente. O setor agrícola tem sido tradicionalmente o principal pilar da economia nicaraguense. Atualmente, ele gera mais de 30% do PIB, responde por cerca de 70% das exportações e é a principal fonte de renda para a população rural (FAO, 2007). Grande parte da população do país sobrevive devido às

remessas do exterior, principalmente das e dos nicaraguenses que emigraram para os Estados Unidos. As remessas são responsáveis por mais de 15% do PIB nicaraguense (Elvir, 2021).

Assim como o Brasil, esse país centro-americano tem uma das legislações mais importantes no reconhecimento da autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas e afrodescendentes ao reconhecer constitucionalmente duas regiões autônomas na costa caribenha da Nicarágua. No entanto, vários povos indígenas e negros do Caribe denunciaram o Estado-nação nicaraguense em diversas ocasiões por violar sua autonomia, invadir seus territórios com a implementação de projetos urbanos em comunidades tradicionais e silenciar as mortes de defensores e defensoras indígenas e negras ao longo de décadas (Oakland Institute, 2020).

A análise de sociedades humanas e de países a partir de uma perspectiva econômica, principalmente medida pelo PIB, já está intimamente relacionada às imposições coloniais de desenvolvimento e progresso que ignoram as dimensões biofísicas do planeta. O discurso do PIB também está entrelaçado com moldes patriarcais e capitalistas em um sistema econômico que declara a guerra à natureza, às culturas e às mulheres (Shiva, 2021). No caso da natureza, trata-se de um índice de desenvolvimento que considera seus recursos de forma ilimitada e infinita.

A lógica de extração massiva não se concentra apenas nos recursos naturais, mas também na extração da força de trabalho humano, à qual submete milhões de pessoas que vivem ao serviço de um pequeno grupo que concentra riquezas e privilégios. Esse regime extrativista permanente não foi interrompido, apesar de todo o sangue derramado em nações ricas em minerais, como o Congo (Bassey, 2021), ou das vítimas da extração de minérios na Nicarágua ou no Brasil. Usamos o PIB como índice comparativo entre os dois países justamente para comprovar sua ineficiência, para medir as consequências da exploração de povos e territórios.

Apesar da diferença em termos macroeconômicos, com o Brasil sendo a economia "mais desenvolvida" da América Latina e a Nicarágua ocupando, em 2023, o último lugar nessa forma de dividir o mundo, ambos os países compartilham o sistema colonial de opressão e silenciamento de milhares de pessoas, grupos sociais e narrativas ausentes do registro histórico formal.

No caso da Nicarágua, sua capital, Manágua, tem sido a principal localização geográfica a partir da qual as narrativas oficiais são produzidas. No Brasil, esse esquema não é diferente, pois há uma priorização do registro de experiências que ocorrem nas grandes cidades do

sudeste, como Rio de Janeiro, São Paulo ou, no caso da capital, Brasília, deixando de lado áreas como o centro, o norte e o nordeste do país.

O registro homogêneo das sociedades latino-americanas está em constante tensão com a diversidade da região e a complexidade de uma formação social que não precisa de legitimação, pois simplesmente é, existe e desafia diariamente o universalismo e os nacionalismos impostos. As fragmentações e contradições das sociedades latino-americanas podem ser entendidas como reproduções das opressões coloniais, ou como Silvia Rivera Cusicanqui (2018) denominou de colonialismo interno.

Esta colonialidade, trata-se de uma estrutura com formas de dominação que rearticularam as bases coloniais do passado, gerando novas formas de opressão que são sustentadas pelo mesmo pilar supremacista e etnocêntrico do período das invasões. É dessa estrutura, que atravessa a região, que dois países como o Brasil e a Nicarágua se assemelham para pensar em diálogos periféricos que precarizem a estrutura colonial interna e dialoguem com sua presença.

No caso nicaraguense, embora as populações indígenas e afrodescendentes estejam presentes em todo o país, a área cultural e geográfica com a maior concentração de povos indígenas e negros é a costa do Caribe. A região do Pacífico da Nicarágua contém grande parte da população branca e mestiça, invadida pela Espanha no passado, onde predomina a cultura ocidental. Por outro lado, a mestiçagem, mesmo no Pacífico nicaraguense, representa um mito, pois, como reconhecimento de identidade étnica/cultural, encobre a presença do racismo e do colonialismo vivenciados por comunidades racializadas e pelas populações negras e indígenas dessa região que reivindicam sua identidade originária, como o povo indígena Sutiaba, o povo Matagalpa ou o povo Chorotega em Cusmapa.

No caso da Costa do Caribe, apesar de ter conquistado, por meio de confrontos armados e disputas legais, a autonomia de seus territórios em relação ao Estado-nação, pouco se sabe na América Latina sobre a outra metade da Nicarágua. O oficialismo continua centrando sua compreensão do país em Manágua e na ideia de mestiçagem, o que leva a uma ausência de narrativas sobre o Caribe e as comunidades tradicionais não ocidentais. A ausência nos registros oficiais coloniais, supremacistas e patriarcais nem sempre representa para os povos uma indignação, desde que não interferiam na vida, nos territórios e nas tradições dos povos. Inclusive porque as palavras não são as únicas formas de registros de narrativas que conseguem mostrar a complexidades de outros mundos e suas filosofias. No entanto, a violência encoberta

em territórios que não existem para o mundo torna-se uma ameaça que obrigou algumas populações do Caribe nicaraguense a saírem de lugares "silenciosos" - e não silenciados, pois o silêncio é feito de forma consciente - para se mostrarem e defenderem seu direito de existir.

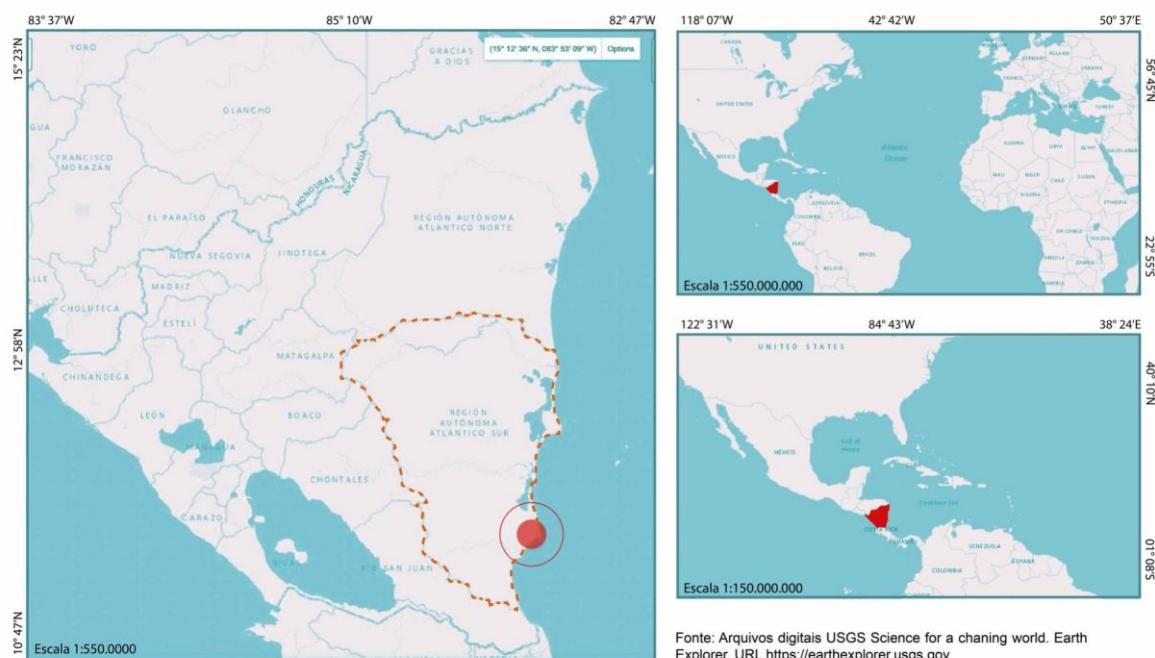
As identidades raciais, étnicas, sociais e culturais no Brasil e na Nicarágua geram cenários de singular complexidade. O horizonte civilizatório imposto em ambos os países, e na região, é tensionado de forma silenciosa e na prática. Apesar do extermínio permanente, a morte também é cantada e dançada, como nos territórios Mayangna do Caribe Norte da Nicarágua. Há outras ferramentas para gerar coragem e resistir ao extermínio, porque uma das apostas nos territórios silenciosos é não permitir o roubo do riso e da gargalhada que incomoda o inimigo, que se estremece com a festa e a irreverência daqueles e daquelas que são seu alvo. São lugares que não disputam espaço dentro da estrutura da norma, mas propõem dignidade, autonomia e autogoverno.

3. Coque e Bangkukuk Taik: diversidade geográfica do conceito de periferia Bangkukuk Taik: Comunidade periférica no contexto da floresta

Inicialmente, o termo periferia surgiu nos debates econômicos da década de 1950, quando se pensava nos países da periferia do capitalismo (D'Andrea, 2020). Por sua vez, a pobreza econômica dos países da periferia do capitalismo tem sido relacionada à presença de uma enorme riqueza de "capital natural" dentro deles, gerando o paradoxo da abundância e da "maldição dos recursos naturais" (Acosta, 2016), que provoca extrativismo e todos os conflitos derivados desse mecanismo, dos quais a invasão colonial é um de seus maiores expoentes.

O conceito de pobreza na sociedade moderna, ocidental e capitalista é medido pela ausência de renda monetária e de bens próprios deste tipo de sociedades, bem como pela ausência de poder e a exclusão no âmbito das instituições reguladoras. Por outro lado, há territórios em diferentes partes do mundo, considerados periféricos do ponto de vista da compreensão da pobreza econômica, mas com outros conceitos de riqueza ligados à biodiversidade, às fontes de água e a um grande "estoque de carbono" que os torna alvos prioritários da sociedade capitalista para a extração de recursos que servem para sustentar a vida na cidade. É nesse cenário que se situa a comunidade indígena Rama de Bangkukuk Taik (Figura 1) como um território periférico do capitalismo, acompanhado de "bens ambientais" como água, terras para o agronegócio, madeira, entre outros.

Figura 1 – Mapa de localização de Bangkukuk Taik, na Nicarágua.



Fonte: Elaboração dos autores.

A comunidade Bangkukuk Taik, localizada no sudeste da Nicarágua, é uma das nove comunidades que compõem o GTRK (Governo Territorial Rama e Kriol). Ela faz parte da Região Autônoma da Costa Sul do Caribe e se rege por um modelo de governança comunitária que foi criado a partir de uma aliança afro-indígena entre as seis comunidades Rama existentes e três comunidades Negras Kriol.

A comunidade Bangkukuk Taik, localizada no sudeste da Nicarágua, é uma das nove comunidades que compõem o GTRK (Governo Territorial Rama e Kriol). Ela faz parte da Região Autônoma da Costa Sul do Caribe e se rege por um modelo de governança comunitária que foi criado a partir de uma aliança afro-indígena entre as seis comunidades Rama existentes e três comunidades Negras Kriol.

Na língua Rama, Bangkukuk Taik significa Ponta de Águia. Hoje, os idiomas falados na comunidade são o inglês creole, o rama e, devido à invasão de colonos não indígenas provenientes do Pacífico da Nicarágua, também se entende e se fala um pouco de espanhol. O povo Rama pertence à matriz cultural chibcha, que se caracteriza pela organização comunitária e coletiva do poder e muitas das suas práticas culturais são baseadas no calendário lunar.

O espaço Rama é reconhecido de diferentes maneiras, sendo o espaço da floresta, ou bush, associado a animais, árvores, o mundo vegetal, e o espaço no qual alguns espíritos também habitam. A floresta, atualmente, é um espaço temido pela presença de colonos não indígenas que desmatam e violentam os povos do Caribe sul. Há o espaço das águas, dividido entre as águas do mar, e dos igarapés, ou creeks; os espaços das casas e núcleos de residências onde vive a comunidade; e finalmente os espaços para plantio, alguns localizados dentro da floresta e outros onde é necessária uma poda leve do terreno para o plantio.

A lógica Rama de criar comunidades e produzir espaço está estreitamente ligada com suas e seus antepassados. As e os ancestrais deste povo desenvolveram seus habitats em ambientes de floresta ou "selva". Alguns achados arqueológicos revelaram que no século XV essas pessoas tinham aldeias permanentes no interior do território, onde a agricultura era praticada. Por outro lado, construíram assentamentos temporários na costa do mar do Caribe para períodos de pesca (Kinloch, 2016). O estabelecimento de aldeias temporárias ou permanentes foi baseado nos recursos naturais da região utilizados pelas comunidades. Essas pessoas também vêm de uma herança nômade e migrante dentro de seu próprio território como resultado de uma característica de seu povo que prevalece ainda hoje, que é viver em pequenas comunidades, longe de grandes centros populacionais e aglomerados.

A construção de moradias acontece com materiais vivos e renováveis da natureza como a palma ou a madeira. Esta materialidade não responde à lógica capitalista dos materiais de construção baseada na durabilidade e em um processo de construção típico das economias capitalistas. Os materiais de construção vêm do território, da floresta e da terra, o que por sua vez fornece à comunidade alimentos, remédios e materiais para a construção de suas casas. Em diferentes mundos indígenas, o território representa a vida e a memória das e dos antepassados. É um lugar que vai além da posse de terra ou de uma localização geográfica (Ramos, 2019). O território é um local de confluência de diferentes formas de vida e comunidades, onde há alimento, cura, espíritos e diferentes seres, onde se produz um ecossistema complexo de coexistência de vidas conectadas umas às outras. Cada vida dentro do território, desde uma

bactéria até um ser humano ou um peixe, tem um papel que conecta cada uma dessas existências a um propósito específico em uma ordem cosmológica. Como colocado em uma carta da marcha das mulheres indígenas no Brasil em 2019:

A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura (Ramos, 2019, p. 96).

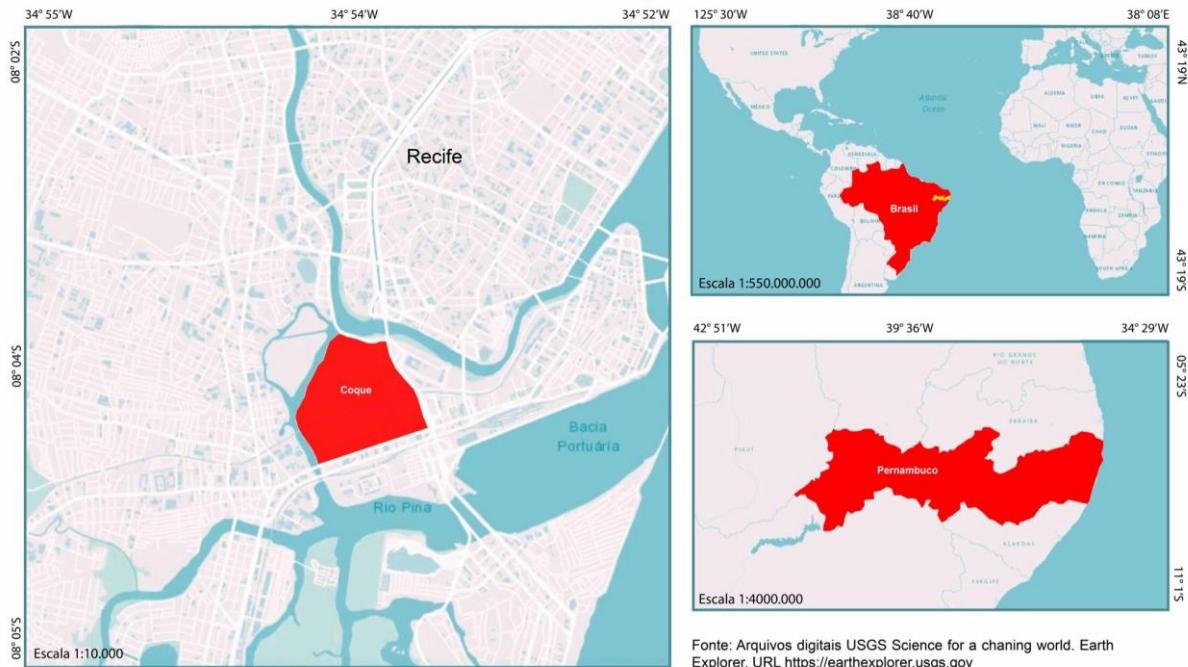
A comunidade do Coque

O Coque é uma favela do município do Recife (Freitas, 2004), para a gramática da geografia política esse enunciado não tem problemas de sentido-significado. Mas do ponto de vista de um morador do Coque é quase um travo pensamento juntar “Coque-favela-periferia”, pois ambos são da mesma ordem para a experiência de vida do morador. Veremos a partir de uma abordagem socio-histórica como se constituiu a imagem Coque.

Do ponto de vista histórico, a região em que se insere a comunidade foi palco de eventos significativos na vida política do país, tropas republicanas e as forças da corte travaram combates durante a Confederação do Equador (1824) e também na Intentona Comunista (1935). A região começou a ser povoada no final do século XIX. A maioria das famílias é constituída por antigos moradores de municípios do Agreste e da Zona da Mata do Estado.

Em agosto de 1983, o Coque (Figura 2) tornou-se uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), através de Decreto Municipal No. 11.160. A qualidade de vida no bairro e o atendimento das necessidades básicas de infraestrutura, saúde, educação, saneamento e segurança são bastante precários.

Figura 2 – Mapa de localização da comunidade do Coque, em Recife.



Fonte: Arquivos digitais USGS Science for a changing world. Earth Explorer. URL <https://earthexplorer.usgs.gov>

Fonte: Elaboração dos autores.

Do ponto de vista histórico, a região em que se insere a comunidade foi palco de eventos significativos na vida política do país, tropas republicanas e as forças da corte travaram combates durante a Confederação do Equador (1824) e também na Intentona Comunista (1935). A região começou a ser povoada no final do século XIX. A maioria das famílias é constituída por antigos moradores de municípios do Agreste e da Zona da Mata do Estado.

A comunidade do Coque ficou reconhecida, no cenário local, por carregar um problema que afeta o sistema público de segurança. Uma população dita como perigosa na mídia local deu legitimidade ao sistema de segurança estatal atuar de forma ostensiva na localidade. O problema de segurança pública possibilitou uma representação da localidade como morada da morte (Diário de Pernambuco, 12/01/1997), representada dessa forma, os moradores encontram-se enredados em um ciclo vicioso. Ninguém colabora porque a região é violenta, e a comunidade é violenta porque ninguém contribui com o desenvolvimento da localidade (Freitas, 2005, p. 258).

O processo de ocupação da comunidade insere-se na lógica de desenvolvimento das periferias das grandes cidades brasileiras. Segundo levantamentos realizados pela Empresa de Urbanização do Recife (2000), através da Diretoria de Integração Urbanística, indicam uma

população de aproximadamente 40.000 habitantes (Ludemir, 2011; Freitas, 2005) distribuídos em 134 hectares.

Aproximadamente 57% da população vive em estado de pobreza crítica, sobrevivendo com renda média mensal aproximada entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Os chefes de família, quando exercem alguma atividade remunerada, atuam principalmente no setor secundário e terciário. Uma pesquisa na localidade identificou que 73% das famílias são chefiadas por mulheres, a maioria, trabalhando como empregadas domésticas, catadoras de lixo, lavadeiras de roupas e auxiliar de serviços em bares e restaurantes próximos. Crianças, adolescentes e jovens também trabalham nas praias da região e/ou nos sinais de trânsito (Pacto Metropolitano, 2004).

Apesar de estar praticamente localizado no centro do Recife, o Coque não está integrado à vida da cidade. Há uma espécie de “barreira invisível” que funciona como um bloqueio dos projetos de desenvolvimento na área. Um dos motivos apontados é a chamada violência. Para o escândalo político-moral, embora esteja localizada no centro do Recife, a comunidade sai do eixo das rotas do desenvolvimento urbano. Assim como as intervenções públicas não contemplam a comunidade como um todo. A área conhecida como “Areinha”, por exemplo, nunca sofreu qualquer tipo de ação organizada do poder público. Contudo, essa área estrategicamente vem sendo considerada prioritária para o governo local.

O chamado “Complexo Joana Bezerra” tem obtido a atenção dos governos que investiram R\$40 milhões na construção de um Fórum, R\$27 milhões em obras de expansão do metrô e R\$20 milhões na construção de um novo sistema viário. Recursos privados também foram alocados alterando a paisagem da região. Em 1999 foram investidos cerca de 100 milhões de reais na consolidação do Pólo Médico do Recife, assim como foi inaugurada a Associação de Assistência da Criança Deficiente (AACD).

Essas ações acabaram por fornecer visibilidade a problemas antigos dos moradores. O principal deles, o aumento da violência. O Coque foi uma referência constante sobre a criminalidade e a violência no Estado. A percepção do bairro sempre foi mediada pelas representações estigmatizantes dos moradores. A gênese do ciclo de violência que afeta o Coque passa por um percurso singular quando comparada com outras comunidades e periferias brasileiras. Ao contrário da figura do “malandro” (Freitas, 2005), que viveu no imaginário boêmio do Rio de Janeiro até meados da década de 1960, as periferias do Recife conheceram outro personagem: o “capanga”.

O capanga surge na passagem do século XIX para o século XX, quando o modelo agrário-exportador passa a ceder espaço para as práticas sócio-espaciais do comércio na área central da cidade do Recife. Uma das consequências dessa dinâmica resultou na contratação pelos donos dos engenhos locais de homens armados, os chamados “capangas”, para garantir a segurança do transporte e da própria venda dos produtos no porto do Recife.

Essas comunidades eram procuradas, pelos capangas, por sua proximidade com o porto, mas também pela quantidade de bares e prostíbulos encontrados na área. Toda a área que vai do bairro de São José até a região dos Coqueiros (Cabanga, Coque), ficou conhecida como um foco de desordens. Os moradores foram denominados de “cocudos”, ou seja, gente brava, de cabeça dura, facilmente voltada para ações de valentia e demonstração pública de poder.

É com a transfiguração desse personagem que, nos anos de 1960/70, emerge uma figura mais universalizada do “bandido social” na localidade (Freitas, 2005). O representante emblemático dessa metamorfose da figura do “criminoso” na comunidade ficou conhecido como “Galeguinho do Coque”. Um personagem que já surgiu “midiático”, ocupando o espaço da imprensa local e promovendo a “fama” que o Coque carrega até os dias atuais.

Em 1971, o Galeguinho já era perseguido pelas polícias de quatro Estados nordestinos. Acuado, procurou a comunidade do Coque para se esconder. O Galeguinho do Coque foi preso em 1975, aos 19 anos, e foi encontrado assassinado, anos depois, no município de Moreno. A atuação do Galeguinho era correspondida, parcialmente, com uma aceitação silenciosa pela comunidade das atividades realizadas por seu grupo. Advém daí as imagens que passaram a alimentar a “fama maldita” que a comunidade do Coque passou a carregar no imaginário social da região.

A mídia assumiu um papel significativo na consolidação desse tipo de representação. Os discursos veiculados pela imprensa expressam uma tendência para relacionar diretamente a comunidade com a presença no seu interior de “grupos marginais”. Formando um imaginário de aceitação da violência, por parte dos moradores, como algo cultural, e para quem não mora na localidade, de aceitação da violência de forma naturalizada.

O conjunto de reportagens que representam a comunidade pelo eixo da violência forma um arquivo discursivo constituindo jogos de linguagem que são organizadores da “verdade” no que é apresentado como pura descrição da realidade (Pandolfi; Grynspan, 2003). Contribui-se, assim, para projetar um estigma (Goffman, 2008) que produz uma identidade social. Mais

ainda. As representações são utilizadas para prever o comportamento dos indivíduos e justificar a adoção de atitudes específicas.

No início dos anos 1990, as imagens veiculadas sobre o Coque sofrem um deslocamento. A comunidade passaria a “recuperar” sua fama de bairro violento. A influência dessas “redes criminosas” e dos seus líderes passa a fazer parte do processo de socialização das crianças e adolescentes. A matriz atual da criminalidade no Coque envolve, cada vez mais, a participação ativa e precoce de adolescentes e jovens nas redes do crime como um meio econômico de vida e como um estilo cultural, ou seja, uma forma de integração social.

4. A Periferia e o Selvagem: Entre becos e canais

Compreender como a territorialidade configura-se enquanto um elemento constitutivo dos processos culturais a partir do beco (assim como das beiras de canais e marés), desenvolve relações sociopolíticas de parentesco e solidariedade espiritual difíceis de serem capturados por lentes desleixadas, assim como pelas lentes policialescas.

Há uma confluência de características que podem ser consideradas fatores de sustentação, como a força do território embrenhado nessas tecnologias (becos e beiras) nos ajuda a caminhar à memória desses espaços para esclarecer dúvidas sobre nossas raízes (Dembicz, 2000). Essas tecnologias se constituem a partir de critérios de pertencimento e alteridade, definindo quem é de dentro e quem é de fora. Quem soma e quem ameaça. O beco enquanto um território afro-indígena (Bispo dos Santos, 2023), cuja dinâmica urbana é demarcada pela história e cultura dos grupos originários étnicos e negros (Ramos, 1950).

Bosi (2004) lembra que “o grupo é suporte da memória se nos identificarmos com ele e fizermos nosso seu passado” (Bosi, 2004, p. 414). Compreender a memória coletiva a partir da dinâmica sociocultural constitutiva das tecnologias xamânicas presentes nas favelas é estratégico, uma vez que vamos nos deter em um material pouco ou não infectado da memória social estruturado em discurso sobre (Muchail, 2004) as periferias, uma vez que fora produzida para sufocar de violência e pela visão estereotipada com relação à sua população.

Os becos, vielas e beiras de canais são imagens espaciais que desempenham um importante papel na memória coletiva (Halbwachs, 2013): o lugar recebe as marcas do grupo e este recebe da mesma forma as marcas do lugar. Esse tipo de tecnologia, embora criminalizado pela biopolítica sanitarista, se constitui como assinaturas inteligíveis para os membros de grupos periféricos. Segundo Halbwachs (2013, p. 133), quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta

às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. Da mesma maneira que o espaço imprime sua marca no grupo (Halbwachs, 2013, p. 143), a maioria dos grupos imprimem de algum modo sua marca sobre o solo e evocam suas lembranças coletivas no interior do quadro espacial assim definido (Halbwachs, 2013, p. 159).

Os becos e as beiras de marés como espaços socialmente ocupados e construídos se misturam com a memória coletiva, onde o funcional e o simbólico se entrecruzam, ficando difícil definir se foi a proximidade com a água dos rios e marés ou com a especificidade do terreno que determinou a ocupação do espaço. De qualquer forma, foi na relação entre os recursos naturais disponíveis com a força das mulheres e homens que garantiram uma densidade histórico-antropológica para as favelas.

Foi conjugando a construção material do território como abrigo e base de recursos naturais disponíveis que as sociedades tradicionais reconfiguravam o espaço e marcavam o território com suas assinaturas. Os becos ou as casas construídas em beiras de marés, como tecnologias xamânicas herdadas, deixaram construções sócio-afetivo-históricas no corpo e nos territórios de seus habitantes.

No caso do istmo centro-americano, a palavra canal tem uma conotação de rompimento de território. Em termos materiais, um canal representou na memória da América Central uma ferida física na terra e nas águas e, em termos simbólicos, é uma ferida colonial que ainda está viva e presente. A ideia de um canal para conectar territórios não era na perspectiva de conectar povos e culturas, mas de conectar produtos e acelerar a velocidade do transporte nos fluxos do capital global. O Canal do Panamá é a conclusão desse pesadelo que até hoje assombra a América Central.

Apesar dessa ferida, as conexões marítimas que ligam famílias e lugares também têm conotações ancestrais, como The little canal (o pequeno canal) construído na comunidade Bangkukuk Taik. Trata-se de um desvio do Rio Cane, feito com pás e baldes para transportar terra, criando uma conexão ribeirinha com a casa de um dos anciões mais velhos dessa comunidade. Ao contrário do Canal do Panamá, não foi com as explosões de dinamite que uma floresta e toda a vida que nela vive foram violentamente abertas. A presença desse canal, como produto do trabalho da comunidade, é imperceptível desde um olhar de fora, que teria esse espaço produzido como um espaço já dado pela natureza.

Os canais e igarapés no território Rama são navegados em uuts ou canoa (Uut, 2005). Um uut é construído com a madeira de uma árvore que será comunicada em sonhos à pessoa

que construirá a embarcação. Depois disso, é preciso caminhar pela floresta para encontrar a árvore sonhada. Os sonhos e a memória ancestral são elementos importantes nos processos de construção de diferentes territórios periféricos.

As tecnologias xamânicas constituem braços, corpo e pernas das comunidades periféricas. Se a psicologia comum se limita a viver-perceber o comum, assim como as comunidades não se dispõem voluntariamente a falarem de si mesmas, não se auto anunciar ou tornar-se objeto de contemplação e exame, temos que dialogar em busca, primeiramente, da “verdadeira comunidade”, quer dizer, temos que estarmos disponíveis a vivenciar e ser fiel à sua natureza, se por natura, nesse turno entendamos como essas comunidades se distinguem não só umas das outras, assim como internamente. “Na visão de fora” uma comunidade é um todo homogêneo”, mas na medida que imergimos começamos a perceber que a rede se compõe de diferenças.

Conclusões: Diálogos inacabados de experiências em curso

A noção de periferia na América Latina está ligada a mitos que não são específicos apenas dos povos da floresta, mas também são transferidos para as favelas, em contextos urbanos, e comunidades rurais. A cultura dos países da periferia do capitalismo é vista como estagnada no tempo, no isolamento e na pobreza, em um passado imóvel e passivo. Esse mito, dentro do contexto da periferia global, também é transferido para as imagens que o norte global projeta sobre o que ele chama de "terceiro mundo". Esse "mundo" periférico é projetado a partir de olhares ocidentais e colonizadores que definem essas regiões como povoadas por sujeitos e sujeitas monolíticas e sem poder. Essa visão pressupõe visões homogêneas da periferia regional, englobando nesse conceito as massas de pessoas que povoam os países da periferia do capitalismo.

No entanto, as elites nacionais desses países, principalmente as das classes média e alta do mundo acadêmico, também utilizam parte desses mitos que reforçam localmente os preceitos colonizadores que reforçam essa visão da periferia latino-americana. É assim que se gera uma cadeia civilizatória e violenta na qual olhares alheios à periferia oficializam uma definição do ser e o lugar periférico. As estratégias analíticas e de compreensão sobre as periferias locais são, às vezes, semelhantes àquelas usadas pelo norte global para construir esses mitos sobre a outra e o outro. A complexidade constitutiva das resistências comunitárias é incomprensível

nas descrições acadêmicas desses lugares que são posicionados como anti-história, pois a desobediência e a indisciplina não são vistas como formas de resistência.

A visão de imobilidade e inexistência com a qual se pensam comunidades como Bangkukuk Taik na Nicarágua, ignora as complexas conexões marítimas e terrestres entre as comunidades dentro e fora do Governo Territorial Rama e Kriol. A conexão e o deslocamento do povo indígena Rama até comunidades Negras Kriol, e vice-versa, forjaram alianças no passado, de modo que hoje existe um governo territorial afro-indígena no sul da Nicarágua. Essa aliança se autogoverna e se mobiliza em várias áreas na floresta em todo esse território para monitorar e denunciar a extração ilegal de madeira e a destruição da vida na floresta no Caribe do Sul da Nicarágua. Pessoas do povo indígena Rama, "imóvel" e "inexistente", viaja para Honduras, Costa Rica e/ou Panamá e estabelecem vínculos e conexões com outras comunidades da América Central. Sua mobilidade desobedece fronteiras transitadas enquanto territórios ancestrais.

A passividade e a submissão não foram as características dos povos da Costa do Caribe para conquistar pela via das armas a autonomia de seus territórios na década de 1980. Quando as visões ocidentais de opressão foram violentamente impostas nos seus mundos, esses povos se uniram em uma luta armada para exigir respeito aos seus costumes e tradições diante da imposição da lógica do Estado-nação como o motor do controle total da vida naquilo que inventaram ser uma República.

Apesar de essa história ter sido pouco registrada na história oficial da Nicarágua como formas revolucionárias de reivindicação do direito à existir, e até mesmo pouco divulgada na América Latina, foram esses povos, que têm sido colocados como massas periféricas, que conquistaram o reconhecimento constitucional como regiões autônomas com o direito de organizar o poder e a vida de seus territórios pela via comunitária. Mas essa história não se encaixa na visão difundida sobre o que se pensa como povos periféricos na América Latina. Estes movimentos foram apagados da história oficial, mas permanecem gravados na memória da floresta e dos corpos caribenhos nicaraguenses.

Analizar os vínculos entre dois territórios e suas resistência aos mecanismos de opressão, a partir da noção de periferia global, entre algumas singularidades do Coque com Bangkukuk Taik foi importante para pensar as favelas como territórios em sua dimensão “afroameríndia”, e a importância da aliança afroindígena no Caribe Sul da Nicaragua entre os indígenas Rama e o Povo Negro Kriol para lutar a favor da sua autonomia e autogoverno para

além do Estado Nação. No caso do Caribe Sul da Nicarágua esta aliança, que constitui um governo territorial negro e indígena, evidencia a importância da união e confluências entre povos que se impõem ao colonialismo interno presente na região. Colocar em diálogos as resistências do Coque e de Bangukuk Taik nos possibilitou repensar formas de viver nas periferias globais, mais especificamente, formas/caminhos de resistências improváveis e semelhantes na América Latina. O diálogo entre os dois territórios periféricos aqui analisados resultou em uma aliança e em um arquétipo político, antes improváveis durante este exercício de pesquisa-escrita: resistências territoriais além-mar, apropriadas por populações indígenas e negras.

Os becos que constituem as favelas começaram a ser projetados em territórios de florestas. Nego Bispo lembra que nas florestas há passagens que trafegam homens e animais dos mais variados, e sabemos que nas ruas das grandes cidades brasileiras há preferências pelos automóveis. Nas favelas, os becos compõem similitudes com os caminhos de florestas, compostos na e de diferenças. A alteridade e o comum (em seus aspectos coletivos e selvagens) constituem as assinaturas dos becos, escritos além das formas de assujeitamento na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o Imaginário**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AUMAUP. In: TURKULKA, **Diccionario y Centro de Conocimientos de la lengua y cultura Rama**, 2005. Disponível em: <<http://www.turkulka.net/>> Acesso em: 28/05/2023
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. Total GDP 2002. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZJ&name_desc=tr> Acesso em: 17/02/2024
- BASSEY, N. Quebrando as correntes do desenvolvimento. In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.) **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2021.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

BOSI, E. **Memória e sociedade – lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 11^a Ed., 2004.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COCCIA, E. **Metamorfozes.** Dantes ed., 2020.

CRONON, W. **Nature's Metropolis.** Chicago and the Great West, Nova Iorque - Londres. WW Norton, 1991.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estud.** CEBRAP 39 (1), 2020. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>> Acesso em:
15/03/2024

DEMBICZ, A. El espacio entre lo local y lo global. In: LEMOS, M. T. T. B; MORAES, N. A. (Org.). **Memória e identidade.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 9-14.

ELVIR, M. A. Nicaragua, Contexto y Gobernanza de la tierra. **Land Portal Foundation.** 2021. Disponível em: <<https://landportal.org/pt/book/narratives/2021/nicaragua>> Acesso em:
17/02/2024

FAO. Situación de las mujeres rurales, Nicaragua. Santiago de Chile. **Fondo Monetario Internacional**, 2023 (2007). Disponível em:
<<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/April>> Acesso em:
25/04/2024

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** 2^a Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto.** 4^ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, A. S. de. Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: Um estudo sobre o papel das redes associacionistas, Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008

HALBWACHS, M. **A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou**. 2^a ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Recife: IBGE, 2022. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama#:~:text=Em%202022%252C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20era,1%20e%202%20de%20185>> Acesso em: 12/05/2024

KINLOCH, T. F. **História de Nicaragua**. – 5a. ed- Managua: IHNCA – UCA, 2016.

LUDEMIR, F. **Dos alagados à especulação imobiliária - fragmentos da luta pela terra na comunidade do Coque**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MUCHAIL, S. T. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

OAKLAND INSTITUTE. Nicaragua, una Revolución fallida. **The Oakland Institute**, 2020. Disponível em: <<https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/nicaragua-revolucion-fallida.pdf>> Acesso em: 19/04/2024

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo Editorial, outubro 2003

PANDOLFI, D. C.; GRYNSZPAN, M. (Orgs). **A Favela fala**: depoimentos ao DPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 364p.

RAMOS, A. G. O negro no Brasil e um exame de consciência. In: NASCIMENTO, A. (et al) (org.). **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p. 33-46.

RAMOS, E. **Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco, espaço de poder onde acontece a equidade de gênero**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFPE, 2019.

RIVERA C., Silvia. **Un Mundo Ch'ixi' es posible**. Tinta Limón, Ed. Buenos Aires, 2018.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política do sexo. SOS Corpo, 1993.

SHIVA, V. Desenvolvimento para o 1%. In: KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. (org.) **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

UUT. In: TURKULKA, Diccionario y Centro de Conocimientos de la lengua y cultura Rama, 2005. Disponível em: <<http://www.turkulka.net/>> Acesso em: 01/07/2022

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais**: Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

CRediT Author Statement

- **Reconhecimentos:** Não.
 - **Financiamento:** Não.
 - **Conflitos de interesse:** Não.
 - **Aprovação ética:** Os dados sobre o Povo Indígena Rama foram consultados com a comunidade para serem publicados na pesquisa de doutorado que deu lugar a este artigo.
 - **Disponibilidade de dados e material:** Não.
 - **Contribuições dos autores:** Nossa contribuição conjunta consiste em conectar narrativas de territórios periféricos no contexto latino-americano com o objetivo de retratar formas de resistência de diferentes povos da região.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

